



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO DA 3ª REGIÃO  
NÚCLEO ESPECIALIZADO (PRU3R/CORESP/NUESP)

R. BELA CINTRA, 657, 10º/11º/12º ANDAR, CONSOLAÇÃO, SÃO PAULO/SP - CEP 01415-003 - TELEFONE (11) 3506 2800/2900

**PARECER DE FORÇA EXECUTÓRIA n. 00499/2023/CORESPNE/PRU3R/PGU/AGU**

**PROCESSO JUDICIAL: 0030305-97.2008.4.03.6100**

**NUP: 00414.051667/2022-22 (REF. 0030305-97.2008.4.03.6100)**

**INTERESSADOS: ASSOCIACAO BRASILEIRA DE IMPRENSAS OFICIAIS - ABIO E OUTROS**

**ASSUNTOS: INQUÉRITO / PROCESSO / RECURSO ADMINISTRATIVO**

Trata-se de manifestação nos termos do artigo 6º da **PORTARIA No 179, DE 2 DE JUNHO DE 2015**, acerca da exequibilidade do **ACÓRDÃO** proferido nos autos do processo acima identificado, do qual a **UNIÃO** tomou ciência em 17/07/2023.

Trata-se de apelação interposta pela **UNIÃO FEDERAL** e **REEXAME NECESSÁRIO** contra sentença proferida em ação ordinária movida em face dela pela **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSAS OFICIAIS - ABIO** objetivando a declaração de ilegalidade do item 7º do Ofício Circular nº 099/2008, do Departamento Nacional de Registro de Comércio - DNRC e que, conseqüentemente, a ré passe a exigir das sociedades limitadas de grande porte a publicação de suas demonstrações financeiras em Diário Oficial e em jornais de grande circulação.

Em sentença prolatada em 09/03/2010, o Juízo de Origem julgou procedente o pedido para declarar a nulidade do item 7 do Ofício Circular nº 099/2008, do Departamento Nacional de Registro de Comércio - DNRC, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e determinar que a ré exija o cumprimento da Lei 6.404/76, com as alterações introduzidas pela Lei 11.638/2007, no tocante à obrigatoriedade de publicação, no órgão oficial (Imprensa Oficial) dos balanços e demonstrações financeiras das sociedades limitadas de grande porte.

A União apela sustentando, preliminarmente, a ilegitimidade ativa ad causam da parte autora. No mérito, defende a improcedência do pedido, sustentando a legalidade do dispositivo em discussão por entender que não existe obrigação legal de publicação de balanços e demonstrações financeiras de sociedades limitadas de grande porte. Alternativamente, pede que o provimento seja circunscrito aos limites territoriais do órgão julgador de primeira instância (ID 122787527 - pág. 85/102).

Ao julgar a apelação, o Egrégio Tribunal Regional **deu provimento** à apelação e ao reexame necessário para julgar improcedente o pedido, condenando a parte autora ao pagamento de custas processuais e de honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor atualizado da causa. Entendeu que, se de fato a vontade do legislador fosse pela equivalência de tratamento entre as sociedades anônimas e as sociedades limitadas de grande porte - aí incluída a necessidade de dar publicidade às demonstrações financeiras de ambas -, **haveria de fazer constar expressamente da lei a necessidade de tal publicação pelas sociedades de grande porte, o que não se verifica.**

A Ementa do acórdão foi assim vazada:

#### **E M E N T A**

*DIREITO ADMINISTRATIVO. REGISTRO DE ATO SOCIETÁRIO EM JUNTA COMERCIAL. LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSAS OFICIAIS - ABIO. EXIGÊNCIA DE PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE SOCIEDADES LIMITADAS DE GRANDE PORTE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. LEGALIDADE DO ITEM 7º DO OFÍCIO CIRCULAR DNRC 099/2008.*

*1. Pretende a Associação Brasileira de Imprensas Oficiais - ABIO a declaração de ilegalidade do item 7º do Ofício Circular nº 099/2008, do Departamento Nacional de Registro de Comércio - DNRC e que, conseqüentemente, a União Federal - por meio das Juntas Comerciais - passe a exigir das sociedades limitadas de grande porte a publicação de suas demonstrações financeiras em Diário Oficial e em jornais de grande circulação.*

*2. No caso concreto, em que associação de imprensas oficiais afirma ser parte legítima para o pleito referente à obrigatoriedade, ou não, de publicação de demonstrações financeiras por sociedades limitadas de grande porte por estar autorizada pelas suas associadas a defender seus interesses em juízo, tenho que há de ser reconhecida sua legitimidade, vez que o pleito não desborda dos limites da razoabilidade. Teoria da Asserção. Precedente do Superior Tribunal de Justiça.*

*3. A Lei n. 6.404/1976 nada dispôs sobre a necessidade de publicar as demonstrações financeiras em relação às sociedades limitadas de grande porte, não sendo possível criar tal obrigação sem prévia autorização legal. Precedentes desta Corte.*

*4. Se de fato a vontade do legislador fosse pela equivalência de tratamento entre as sociedades anônimas e as sociedades limitadas de grande porte - aí incluída a necessidade de dar publicidade às demonstrações financeiras de ambas -, haveria de fazer constar expressamente da lei a necessidade de tal publicação pelas sociedades de grande porte, o que não se verifica.*

*5. Reconhecida a legalidade do item 7 do Ofício Circular nº 099/2008, do Departamento Nacional de Registro de Comércio - DNRC, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, in verbis: "As Sociedades de Grande Porte, para o fim de atender o disposto n art. 40 da Lei 8.934/96, poderão facultativamente publicar suas demonstrações financeiras nos jornais oficiais ou outros meios de divulgação, para o efeito de ser deferido o seu arquivamento nas Juntas Comerciais".*

6. *Apelação e reexame necessário providos para julgar improcedente o pedido, condenando a parte autora ao pagamento de custas processuais e de honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor atualizado da causa.*

É o relatório.

Dispõe o artigo 6º da Portaria nº 179, de 2 de junho de 2015, subscrita pelo AVOGADO-GERAL DA UNIÃO, com as alterações efetivadas pela Portaria n. 420/2012, do Advogado-Geral da União, que disciplina as requisições de informações e as manifestações de força executória de decisões judiciais, *verbis*:

*"Art. 6o Incumbe ao advogado público federal, ao qual for distribuído o processo ou a intimação contendo decisão judicial dotada de exequibilidade, comunicá-la aos órgãos jurídicos consultivos da Administração Pública Federal direta, autárquica ou fundacional, conforme o caso, para que estes comuniquem os órgãos, entidades e autoridades, por eles assessorados, responsáveis pelo cumprimento. "*

A ordem judicial deve ser cumprida, posto que revestida de força executiva e emanada de autoridade judiciária competente, aditando-se que na decisão não se vislumbra nenhum elemento que a macule, nem intrínseco nem extrínseco, podendo-se dizer que a mesma possui plena força executória, devendo, portanto, ser cumprida pela Administração.

A UNIÃO foi intimada do retorno dos autos à primeira instância para requerer o que de direito. Assim, é o presente PARECER DE FORÇA EXECUTÓRIA REVERSO para que o Departamento Nacional de Registro do Comércio determine que sejam retomados os efeitos do item 7 do **Ofício Circular nº 099/2008, do Departamento Nacional de Registro de Comércio - DNRC, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que haviam sido suspensos por força da liminar, agora revogada uma vez que a ação foi julgada improcedente, com trânsito em julgado.**

**Ao DIVAP, para que encaminhe o presente Parecer para o DNRC, com cópia integral do acórdão, para que adote as providências pertinentes.**

São Paulo, 27 de julho de 2023.

LENA BARCESSAT  
ADVOGADA DA UNIÃO  
PRU 3ª REGIÃO

---

Documento assinado eletronicamente por LENA BARCESSAT, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1238188092 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LENA BARCESSAT. Data e Hora: 27-07-2023 19:08. Número de Série: 39244952621636001329231905816. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---